
Reflexões sobre a Educação Profissional e Tecnológica enquanto conjuntura favorável ao protagonismo estudantil

Gardenia da Silva Frazão, Eliane Carvalho Vidal Dias, Fábio De Oliveira Amorim, Schneyder Rodrigues Jati, Tassiane dos Santos Ferrão

<https://doi.org/10.4322/mp.978-65-84548-20-6.c7>

Resumo

Sendo o protagonismo, um termo muito em voga atualmente nas normativas relacionadas à educação, o significado de sua expressão vem da junção das palavras de origem grega: *protos* e *agonistes*, que respectivamente significam, principal e lutador. Trazendo esta definição ao ambiente educacional, refere uma educação que proporcione a participação ativa dos jovens, para que estes possam atuar de forma crítica autônoma e criativa em sua escola e sua sociedade. O presente artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão de como a Educação Profissional e Tecnológica na perspectiva da formação humana integral, potencializa o protagonismo estudantil, bem como se este protagonismo está mais voltado para as aptidões individuais ou coletivas, fazendo uma discussão sobre as diferentes concepções e desdobramentos sobre o protagonismo dos jovens. Trazendo à tona, as possibilidades de desenvolvimento do protagonismo estudantil na Educação Profissional e Tecnológica, e também sobre a perspectiva da formação humana integral no Ensino Médio Integrado da Rede Federal de Ensino. Verificou-se que em sua essência a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, já contempla uma formação para o desenvolvimento da integralidade e formação humana dos sujeitos, por meio de uma formação para o trabalho-ciência-tecnologia-cultura, bem como da integração do ensino médio à formação profissional, concepções estas estreitamente ligadas ao protagonismo do estudante, unido a formação humana integral voltadas para atuação consciente no mundo de trabalho e participação ativa na sociedade.

Palavras-chave: Autonomia, EPT, Estudante, Protagonista.

1. Introdução

A temática do protagonismo juvenil vem ganhando espaço nas discussões relacionadas à política de educação, principalmente com a Reforma do Ensino Médio, sendo este conceito, considerado um dos pilares das inovações sugeridas pela reforma. O protagonismo é também sugerido pela Base Nacional Comum Curricular, BNCC (2018), o termo aparece em seu texto diversas vezes, relacionando a ideia de protagonismo a conceitos como educação integral e projeto de vida dos estudantes. No entanto, a BNCC sofreu várias críticas devido às circunstâncias em que ela foi reformulada, bem como ao projeto de formação hegemônica oculta em seu texto. Marsiglia, et al (2017), argumentam que o processo de construção do documento foi realizado em meio a um processo de disputas ideológicas, o que culminou em um texto que privilegia a hegemonia e ideais neoliberais.

Em paralelo temos a concepção de educação pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela lei 11.892/2008, que apresenta como premissa, a concepção de uma formação humana integral dos estudantes, numa perspectiva de contribuir para a superação da dualidade estrutural histórica, que atravessa a formação dos jovens, em que os filhos dos pobres eram preparados para o trabalho manual e aos filhos das elites, dispndia-se uma formação para dirigir. Nesta perspectiva, diante da grande evidência que vem se dando ao protagonismo do estudante, faz-se necessário desvelar o sentido do termo e sua aplicabilidade direta no ambiente escolar. Para entendermos melhor o significado do termo protagonismo, de acordo com Ferreira (2010), tem origem em duas palavras gregas: *protos*, que de acordo com significa o principal, o primeiro; e *agonistes*, que se caracteriza por lutador, competidor. O termo também é muito utilizado em obras literárias, transmitindo a ideia da pessoa que desempenha o papel principal. Nesta perspectiva, o termo protagonismo está intimamente ligado à proposta de desenvolvimento de todas as dimensões dos estudantes, incluindo os aspectos físico, mental, cultural e político.

Trazendo o sentido do termo protagonismo ao ambiente escolar, Antônio Carlos da Costa, um dos principais autores a relacioná-lo ao âmbito educacional, defende que o termo sugere uma educação para a participação, permitindo que

o estudante exercite de forma criativa e crítica o seu pensamento e sua fala. Ou seja, tenha espaço para se expressar e construir, a partir daí, sua autonomia.

O termo Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens, envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. [...] no campo da educação, o termo Protagonismo Juvenil designa a atuação dos jovens como personagens principais de uma iniciativa, atividade ou projeto voltado para a solução de problemas reais. O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade, ou da sociedade mais ampla (COSTA, 2001, p. 179).

Nesse aspecto, este trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão de como a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da formação humana integral, potencializa o protagonismo estudantil. Sendo que, o presente texto trata-se do referencial teórico apresentado na dissertação intitulada “Protagonismo estudantil como estratégia para a formação humana integral no Curso Técnico Integrado em Agroecologia do IFPA Campus Itaituba”, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica (Profept) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima Campus Boa Vista (IFRR/CBV).

Neste sentido, o artigo apresenta quatro tópicos, iniciando com a exposição dos desdobramentos históricos sobre o tema protagonismo juvenil, passando pelas diferentes concepções de protagonismo coletivo e protagonismo via empoderamento descritos por Guedes (2007). Posteriormente questiona-se sobre as possibilidades de desenvolvimento do protagonismo estudantil na Educação Profissional e Tecnológica, e também sobre a perspectiva da formação humana integral no Ensino Médio Integrado da Rede Federal de Ensino.

2. Protagonismo Juvenil, desdobramentos e aspectos históricos

O protagonismo juvenil é um termo que se encontra em evidência nacional e internacionalmente, gerando complexas discussões. De acordo com Pereira (2009), a globalização, marca do novo milênio, exigiu certas mudanças na sociedade que impulsionaram o desafio da preparação de jovens para a cidadania. Ao mesmo tempo, vislumbra-se que esses sejam capazes de trilhar

seus caminhos com autonomia e responsabilidade. Fraga e Lulianelli (2014, p.24) deixam clara a polissemia do termo aliada a relevância do tema, como pode ser observado na seguinte citação:

Nos anos de 1990, o conceito de protagonismo juvenil era usado para reforçar a noção de ação conduzida pelos Jovens. Era um conceito Polissêmico, que tinha acepções vinculadas à noção de empreendedorismo, advinda do mercado e acepções de empoderamento dos atores jovens, no sentido de serem os atores principais do cenário de conquistas de direitos.

Desta forma, conforme citado acima, são necessárias discussões e elucidações quanto ao verdadeiro sentido das ações desenvolvidas pelos jovens. Esses, por vezes são colocados como protagonistas em cenários construídos por eles próprios, no entanto outras vezes aparecem como meros atuantes em roteiros criados por outrem.

Neste sentido, Kuenzer (1997), corrobora com este pensamento quando afirma que os conceitos sobre protagonismo juvenil podem sofrer mudanças ao longo do tempo, podendo ter seus sentidos tendenciados e manipulados por interesses específicos, além de se considerar a influência econômica, social e cultural na qual este jovem está inserido. Neste sentido a autora refere que:

Os jovens não são uma categoria unívoca. São uma categoria construída culturalmente; não se trata de uma essência e, em tal sentido, a mutabilidade dos critérios que fixam os limites e os comportamentos do juvenil estão necessariamente vinculados aos contextos sócio-históricos, produto das relações de força em uma determinada sociedade (KUENZER, 1997, p. 109).

À vista disso, Guedes (2007), alerta para a necessidade de entendermos as concepções hegemônicas difundidas em torno do conceito, compreendermos os projetos societários imbricados ao protagonismo juvenil, além da fundamental necessidade de aprofundamento sobre as possibilidades e mediações do protagonismo juvenil no sistema educacional brasileiro.

Conforme citado acima e considerando o contexto histórico em torno do protagonismo juvenil temos que:

Na década de 60, os estudos concebiam o jovem como agente político, com um papel no processo do desenvolvimento do país, com capacidade de intervenção numa sociedade em crise. Com o arrefecimento do movimento estudantil, transformando em mito e referência de ação política da juventude, o discurso acadêmico (mas

também o não acadêmico), passou a registrar a alienação da Geração "A1-5". No entanto, permanece o mito do jovem como agente político: durante as décadas de 80 e 90, até os dias de hoje, os pesquisadores seguem reagindo a imagem de apatia, individualismo e conformismo juvenis, e vêm procurando a ação política na juventude. O protagonismo Juvenil é a resposta a essa procura. (SOUZA, 2006, p.21).

Como bem assegura Souza (2006), o protagonismo perpassa pautas como inclusão social, política, cultura, economia, dentre outras. O protagonismo representa muito mais que um termo banal, pois sua representatividade modifica pressupostos até mesmo anteriores ao seu significado.

Neste contexto, fica claro que a temática do protagonismo juvenil não é tão simples de ser elucidada, sobretudo por suas múltiplas definições e conceitos híbridos. Contudo, cabe destacar que apesar da polissemia do termo, há necessidade de incentivar o protagonismo na juventude, pois de acordo com o contexto histórico o jovem deixa de ser visualizado como um sujeito problemático e passa a ser sujeito de direitos e deveres. Como cita Costa e Vieira (2006), há carência para as sociedades, de jovens mais aptos a um pensar crítico, que desenvolvam um pensamento livre da manipulação e que evoluam como cidadãos capazes de viver em sociedade com respeito aos interesses individuais e coletivos.

Em vista das discussões desenvolvidas, alerta-se para o grande desafio social de desenvolver uma juventude mais valorizada e consciente de si mesmo e do papel que desempenha para a mudança do mundo onde vive. Neste contexto, não é raro visualizarmos nos documentos relacionados à educação, o incentivo a práticas pedagógicas voltadas para a formação humana e participação dos jovens.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 propõe a vinculação da educação escolar ao trabalho e às práticas sociais (BRASIL, 1996). O Artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), reafirma o fim maior da educação no pleno desenvolvimento da pessoa: seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Corroborando, Saviani (2012) defende que, pelo fato de a ação educativa ter seus objetivos voltados às necessidades humanas, há a necessidade de desenvolver a consciência individual e coletiva dos jovens, para que tenham condições de atuar e agir democraticamente na sociedade.

Sobre isto, Escámez e Gil (2003), afirmam que a educação tem um papel fundamental na construção desse jovem cidadão capaz de pensar e decidir sobre si mesmo e sua comunidade. Ferretti, Zibas e Tartuce (2004), defendem sobre o necessário estímulo à curiosidade crítica dos estudantes como prerrogativa ao desenvolvimento da autonomia e do protagonismo juvenil.

2.1. Diferentes perspectivas de protagonismo: coletivo e via empoderamento

A partir do fortalecimento da ideia de protagonismo onde o jovem é o centro de suas ações e deve ser o autor de sua própria vida, surgem diferentes concepções e nuances sobre a compreensão do protagonismo. Sendo que aparece na literatura dois tipos principais: O protagonismo via empoderamento e o protagonismo coletivo. Como citam Guedes (2007) e Souza (2017), o protagonismo via empoderamento pode ser percebido como um protagonismo mais individualizado, dando ênfase às capacidades particulares do jovem para trilhar seu próprio caminho. Já o protagonismo coletivo, se relaciona à sua atuação e organização grupal.

De acordo com os autores citados anteriormente, os documentos advindos da reforma do ensino médio, deixam a ideia do incentivo ao desenvolvimento das capacidades individuais de autonomia, e capacidade de sobrevivência mínima aos jovens. No entanto colocam em xeque o grande desafio de se conceber esta auto sustentabilidade em meio a uma sociedade conturbada e excludente.

Nesta perspectiva de protagonismo juvenil na forma de empreendedorismo, baseada em méritos, temos a vertente do protagonismo via empoderamento, demandando um olhar mais acurado no que diz respeito à formação dos jovens. Como discute Guedes (2007):

Surge, assim, uma nova configuração de protagonismo via empoderamento, articulada a uma inserção de natureza individualizada, sendo o jovem agente possuidor de capacidades, habilidades e competências geradoras de ações protagonizadas de outra ordem, de uma ideia de inserção ao sistema, de coabitação dos referenciais próprios de uma sociedade marcadamente excludente em seus diversos campos. [...] o protagonismo via empoderamento é indesejável para uma sociedade que pretende estimular processos de democratização na escola pública, de forma alguma sugerimos diminuir a credibilidade da participação juvenil na escola de ensino médio, por entendermos ser imprescindível estimulá-la se queremos

uma escola que busque a democratização. Apenas discordamos do método utilizado, que se constitui num artifício ideológico para estimular as competências produtivas exigidas pelo mundo do trabalho, e, cujo resultado é a participação alienada dos jovens, dissimulando sua possível condição de excluído social. GUEDES (2007, p 38 [...] p 90).

Desta forma, o entendimento dos diferentes conceitos de protagonismo, mostra-se de suma importância quando considerado que a escola se situa como *locus* fértil para a formação destes jovens. No entanto, o autor deixa claro que devemos ter um olhar mais acurado sobre o projeto de sociedade que se almeja. Sobretudo, refletindo sobre a função social da escola, considerando que o ensino médio público recebe, em sua maioria jovens advindos das classes menos favorecidas.

Nesse contexto, De Paula Schneiders et al (2020) afirmam que [...] "o protagonismo jovem pode se desenvolver a partir do empoderamento estudantil no ambiente educacional, mas que existe a possibilidade de realizá-lo pelo envolvimento coletivo" tendo em vista que a escola é [...] "o principal pilar de uma sociedade justa, igualitária, ética, crítica e autônoma."

Corroborando Ferretti et al (2004, p. 422), alertam que:

Caberá aos professores, pesquisadores e especialistas o trabalho constante de desbastar os sutis vieses ideológicos desse 'inferno semântico' de que nos fala Veríssimo (apud Frigotto, Ciavatta, 2005), de modo que a necessária promoção do protagonismo juvenil se afaste de um mero ativismo social – acrítico e apenas psicologicamente compensatório – ou da simples adaptação dos jovens às perversas condições da atual ordem socioeconômica.

Desta forma, temos que na construção da ideia de o jovem ser protagonista, devemos considerar a necessidade emergente de ampliação das discussões críticas sobre o tema, que ora é posto como uma potencialidade individual e empreendedora, e ora colocado como uma necessidade social adquirida através da capacidade de lidar com os problemas da sociedade.

Sobre isto Guedes (2007), defende que o protagonismo por empoderamento, é paliativo no que se refere à exclusão social, e não é eficaz enquanto existirem alunos à margem do conhecimento e do mundo do trabalho, e em condição de pobreza. O autor defende como atitude mais resolutiva, o incentivo a processos de democratização por meio da participação protagonista estudantil coletiva.

Portanto, elucidar estas defesas, auxilia no descortinar das concepções político-ideológicas arraigadas nos diferentes discursos e conceitos em torno do protagonismo estudantil, tendo em vista o impacto destes no campo educacional, por meio da concepção de formação dos estudantes.

3. Ensino Médio Integrado na Rede Federal: Visão sobre formação humana integral

De acordo com a Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, tem como proposta, promover uma educação integral como substancial à formação humana emancipatória, tanto para o mundo do trabalho, como para a vida.

Assim, surge o desafio de formar o indivíduo sob uma perspectiva ampla, compreendendo além dos conhecimentos técnicos e tecnológicos essenciais à sua formação, mas também os conhecimentos humanísticos.

Para suprir esse horizonte de formação, surgiram então os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. instituídos pela lei nº 11892 de 29 de dezembro de 2008. Essa, além de criar trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) espalhados ao longo do país, instituiu também a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujas finalidades e característica incluem:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; [...]
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; [...]

E apresenta entre seus objetivos:

- I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental [...]
- III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão[...] (BRASIL, 2008).

É possível perceber, portanto, que com a criação dos Institutos Federais de Educação, a visão sobre o ensino, mais especificamente sobre o ensino

médio, vem atrelada a formação de competências que transcendem a simples formação técnica. Como ressalta Pacheco (2015):

O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. (PACHECO, 2015, P.14)

Assim, percebe-se também que esta incumbência de formação humana integral integrada no Ensino Médio, a que se propõem os IFES, vêm para quebrar as barreiras das desigualdades de formação dos indivíduos historicamente cingidos por uma educação dual. Sobre isto, Moura (2007) esclarece que a dualidade está presente na diferenciação entre os percursos educativos dos filhos das elites e dos filhos da classe trabalhadora, em que os primeiros eram formados para dirigir, enquanto às classes populares reservava-se a educação meramente instrumental.

O Ensino Médio Integrado na Rede Federal destaca-se, portanto como uma rica alternativa para o rompimento deste dualismo histórico estrutural, conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005 p. 20), este tipo de formação:

Apresenta-se como premissa uma formação que não se restringe apenas à preparação de recursos humanos para o mercado de trabalho, mas comprometida com “[...] a formação intelectual, cultural, profissional, social, política e ética de cidadãos que sejam tanto trabalhadores produtivos, quanto agentes na construção da equidade social”.

Desta forma, reforça-se a grande responsabilidade social da Rede Federal de Ensino com uma educação que prepare os sujeitos de forma completa e que tenham em sua formação básica, além dos conhecimentos técnicos e sistematizados, também a preparação para a vida, de maneira que estes estudantes sejam protagonistas e possam intervir e aplicar seus conhecimentos transformando suas realidades.

4. Educação Profissional e Tecnológica: Uma conjuntura favorável ao protagonismo estudantil?

A educação profissional no Brasil, é permeada por marcos históricos que acompanham o homem desde os tempos remotos. De acordo com Vieira e De

Souza Júnior (2016), ela teve início no Brasil, no período colonial, com a formação de índios e escravos. Portanto seu foco inicial esteve voltado para responder às necessidades de produção, como mostra o trecho a seguir:

A educação profissional no Brasil, desde sua criação, em 1809, esteve ligada ao desenvolvimento das forças produtivas, fato que estabeleceu uma forte relação entre educação e trabalho. Essa relação pode ser compreendida em razão da necessidade de habilitar técnica, social e ideologicamente os diferentes grupos sociais para o trabalho, visando responder às necessidades de todo bem econômico aplicável à produção, ou seja, do capital (FRIGOTTO, 2005, p. 26).

Posteriormente, em 1909 surgiram as escolas de aprendizes e artífices, com formação voltada para operários por meio do ensino prático e conhecimentos técnicos sobre determinados ofícios. De acordo com Kuenzer (2005 p. 122), estas escolas tinham a função de [...] "educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas".

Em relação ao período histórico de 1930, destaca-se ainda a Reforma Francisco Campos, que prevaleceu até 1942, implementando "leis orgânicas" do ensino, que determinavam que o ensino vocacional e pré-vocacional era dever do Estado, com a colaboração das empresas e sindicatos (BRASIL, 1999, p.7).

Como consequência desta necessidade surgiu o Sistema "S" como uma forma de atender às demandas da mão de obra para o setor produtivo. Posteriormente, já em um contexto pós Regime Militar, em que se vislumbra para o Brasil reformas com bases Neoliberais, ocorreu um significativo movimento de fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica no país, especialmente pela ampliação das funções das instituições federais. É nesse período que ocorre a aprovação da lei que possibilitou a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's).

Nesta perspectiva, de acordo com Ramos (2014), iniciou-se a expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica que culminou a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, definidos como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

De Azevedo et al. (2015) concordam ao afirmarem que a expansão da rede Federal de Ensino prioriza uma formação voltada para a integralidade do

jovem educando e, por isso, abarca como parte essencial do seu processo formativo, o desenvolvimento de um trabalho orientado por princípios que valorizem a capacidade crítica e reflexiva dos educandos. De forma a de colocar priorizar a educação científica e tecnológica, em detrimento da educação academicista, de profissionalização adestradora.

5. Considerações finais

O incentivo ao protagonismo estudantil nas instituições de ensino tem sido considerado um fator essencial para o desenvolvimento educacional e pessoal dos estudantes. Além de contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis, o protagonismo estudantil também é importante para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, como a capacidade de trabalhar em equipe, de se comunicar de forma eficaz, de resolver conflitos e de lidar com situações de pressão. Por isso, é fundamental que as escolas adotem práticas pedagógicas que incentivem a participação ativa dos estudantes em seu próprio processo de aprendizagem, promovendo a autonomia, a criatividade e o senso crítico.

Neste sentido, a Educação Profissional Tecnológica tem se mostrado uma importante ferramenta propulsora do protagonismo estudantil, uma vez que estimula a participação ativa do estudante no processo de aprendizagem, expressa por meio dos seus documentos e normativas. Os princípios da EPT valorizam a capacidade crítica e reflexiva do estudante por ofertar um ensino ancorado nos eixos de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Introduzindo experiências e aprendizagens para além da sala de aula. Dessa forma, os estudantes são estimulados a desenvolver habilidades de liderança, comunicação, trabalho em equipe e resolução de problemas reais do seu cotidiano.

Diante do exposto, pode-se considerar que concepção de formação defendida pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, embora não concorde em sua totalidade com as propostas sugeridas pela reforma do ensino Médio, já contempla uma formação para o desenvolvimento da integralidade dos sujeitos, com conhecimentos que superam o meramente enciclopédico e abarca a formação para o trabalho-ciência-tecnologia-cultura, por meio da integração do ensino médio à formação profissional, favorecendo

assim, um protagonismo estudantil que une a formação humana integral do cidadão para o convívio em sociedade, e atue no mundo de trabalho.

6. Referências

BRASIL, Lei nº 9394/96. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez 2008.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n. 16, de 5 de outubro de 1999**. Trata das diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Lei nº11892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2008

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **A presença da pedagogia: teoria e prática da ação socioeducativa**. 2. ed. São Paulo: Global, Instituto Ayrton Senna, 2001.
COSTA, Antônio Carlos Gomes da; VIEIRA, Maria. Adenil. **Protagonismo Juvenil: Adolescência, educação e participação democrática**. São Paulo: FTD; Salvador: Fundação Odebrecht, 2006.

DE AZEVEDO, Marcio Adriano; DA SILVA, Cybelle. Dutra; MEDEIROS, Dayvyd. Lavaniery. Marques. Educação Profissional e Currículo Integrado para o Ensino Médio: elementos necessários ao protagonismo juvenil. **Holos**, v. 4, p. 77-88, 2015.

DE PAULA SCHNEIDERS, Carla Silbene Oliveira. et al. **O protagonismo jovem no ensino médio como um caminho para uma formação mais empoderada dos estudantes**. VII Congresso Nacional de Educação (CONEDU). Alagoas, 2020.

ESCÁMEZ, Juan; GIL, Ramón. **O Protagonismo na Educação**. Tradução por Neusa Kern Hickel. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERRETTI, Celso. J.; ZIBAS, Dagmar. M. L.; TARTUCE, Gisela. Lobo. B. P. "Protagonismo Juvenil na literatura especializada e na reforma do Ensino Médio". **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 411-423, 2004.

FRAGA, Paulo César Pontes; IULIANELLI, Jorge Afílio Silva. **O tempo real dos jovens: juventude como experiência acumulada**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora LTDA, 2014.

FRIGOTTO, Galdêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do decreto n. 5.154/2004 um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005.

GUEDES, Gilmar Barbosa. **A escola de ensino médio público noturno: uma conjuntura favorável ao protagonismo estudantil coletivo em contraposição ao protagonismo juvenil via empoderamento**. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte, 2007, 156p.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2005.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão et al. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 1, p. 107-121, 2017.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2007.

PEREIRA, Kathiuscia Aparecida Freitas et al. **Protagonismo juvenil e educação da juventude no ensino médio brasileiro**. 122 f. 2009.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 42a ed. Campinas: Autores Associados; 2012.

SOUZA, Camila Maria Cunha de. **Protagonismo Estudantil em Escolas Estaduais de Educação Profissional**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2017.

SOUZA, Regina Magalhães. **O discurso do protagonismo juvenil**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

VIEIRA, Alboni. Marisa. Dudeque. Pianovski; DE SOUZA JÚNIOR, Antonio. A educação profissional no Brasil. **Interações**, v. 12, n. 40, 2016.

7. Agradecimentos

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) *Campus Itaituba* pela receptividade e contribuição com esta pesquisa.

Autores

Gardenia da Silva Frazão^{1,*}, Eliane Carvalho Vidal Dias², Fábio De Oliveira Amorim³, Schneyder Rodrigues Jati³, Tassiane dos Santos Ferrão⁴

1. Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Boa Vista-RR, Brasil.
2. Programa de Pós-graduação em Ensino, Universidade do Vale do Taquari, 24^a rua, número 300 C, Bom Remédio, 68180-370, Itaituba-PA, Brasil.
3. Campus Itaituba, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Avenida Universitária, S/N, Maria Madalena, 68180-970, Itaituba-PA, Brasil.
4. Campus Novo Paraíso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Br 174, Km 512, Caracará-RR, Brasil.

* Autor para correspondência: gardeniafuture@gmail.com